

18.04.2017 – 11h00

Relatório da audição

Entidade: APEL, Associação Portuguesa de Editores e Livreiros

Recebido por: Grupo de Trabalho para a Avaliação do Impacto da Aplicação do Acordo Ortográfico de 1990

Assunto: Avaliação do impacto da aplicação do Acordo Ortográfico de 1990

O Senhor Coordenador do Grupo de Trabalho para a Avaliação do Impacto da Aplicação do Acordo Ortográfico de 1990, Deputado José Carlos Barros, deu as boas vindas ao Presidente da APEL, Associação Portuguesa de Editores e Livreiros, Dr. João Amaral, explicou a metodologia dos trabalhos e a grelha de tempos a utilizar, dando-lhe de seguida a palavra para fazer a sua introdução inicial.

O Dr. João Amaral começou por sublinhar que a APEL pronunciou-se repetidas vezes contra o Acordo Ortográfico (AO), chamando, designadamente, a atenção dos responsáveis para os custos pedagógicos e económicos da sua aplicação. As suas objeções não foram acolhidas e o AO foi aplicado ao sistema educativo. Face a essa decisão, a partir daí os livros juvenis e infantis, os livros de leitura obrigatória, os dicionários e os prontuários da língua portuguesa e os manuais escolares passaram a ser publicados de acordo com o «português novo». Grande parte dos editores que fazem parte da APEL, que tem cerca de 200 associados, alterou os livros infantis, os juvenis, os livros de leitura obrigatória e as obras de referência da nossa literatura.

As obras dos autores portugueses que se recusam a escrever de acordo com as regras do AO são publicadas tal como são escritas, reconhecendo-se o direito de cada um publicar as suas obras com a ortografia que muito bem entender.

Existem também editores que não são contrários ao AO e que reconhecem que o mesmo facilitou parcerias com as editoras de outros países dos PALOP e a aprendizagem do português, indo, a curto e médio prazo, contribuir para o alargamento do mercado editorial.

Daí existirem neste momento no mercado editorial português livros publicados segundo as regras antigas e outros segundo as novas, o que é de facto paradoxal na medida em que o objetivo do AO era precisamente o de se alcançar a unidade essencial da língua portuguesa...

As editoras que representam mais de 60% do mercado editorial português consideram que o AO não deve ser suspenso ou posto de parte, que seria «pior a emenda

do que o soneto», designadamente tendo em conta os custos que adviriam da reconversão para novas regras ortográficas.

De seguida, usaram da palavra os Senhores Deputados José Carlos Barros (PSD), enquanto Deputado do Grupo Parlamentar do PSD e em nome do Senhor Deputado Diogo Leão (PS), que se encontrava ausente mas que solicitou que fossem lidas as suas perguntas, e Ana Mesquita (PCP), usando depois a palavra o Senhor Presidente da APEL para prestar alguns esclarecimentos adicionais, tendo afirmado que a APEL não fez um estudo aprofundado acerca da avaliação do impacto da aplicação do Acordo Ortográfico de 1990; que os editores mais antigos e que não têm um grande volume de negócio em matéria de manuais escolares ou de literatura infantil e juvenil não aderiram ao AO; que a maioria dos autores consagrados portugueses continuam a escrever de acordo com a norma antiga e a publicar assim os seus livros; e, por fim, que a grande maioria dos editores pretende e defende que não se mexa mais no AO, porque o sector atravessa uma fase muito difícil, o mercado continua a cair e as suas perspetivas não são a melhores.

Terminou afirmando que considera que qualquer alteração que seja feita obrigará a rever todos os textos, processo interminável e com custos enormes.

O Senhor Coordenador do Grupo de Trabalho agradeceu a presença do Presidente da APEL e os esclarecimentos pertinentes prestados, dando depois por terminados os trabalhos.

A gravação da audiência encontra-se disponível na [página internet da Comissão](#).

Palácio de São Bento, 18 de abril de 2017

A assessora da Comissão,

Maria Mesquitela